

# A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA JURÍDICA PELO CONCURSO PÚBLICO

Carmela Grune<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo destaca a importância de desenvolver políticas públicas para a democratização do direito pelo concurso público. Faz uma análise da articulação da sociedade ao longo da história e destaca o momento em que o cidadão busca conhecer os seus direitos. Analisa o Decreto 6.944, de agosto de 2009, que autoriza a realização de concursos públicos e ressalta o papel das instituições para utilizar desse instrumento como possibilidade de promoção da cidadania ativa.

Palavras chaves: concurso público, cidadania e política pública.

## Abstract

The article highlights the importance of developing public policies for the democratization of the law by public tender. Assessing the relationship of society throughout history and highlights the moment when the citizen seeks to know their rights. Analyzes the Decree 6944, August 2009, authorizing the establishment of public tender and emphasizes the role of institutions to use this instrument as a possibility to promote active citizenship.

Key words: tender, citizenship and public policy.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Atualmente é diretora presidente - Estado de Direito Comunicação Social Ltda. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, cidadania, educação e acesso à justiça. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Jornalista. Radialista. Advogada. Mestranda em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

O tema escolhido é fruto de reflexões que trazem como questionamento a criação de políticas públicas para a educação jurídica na sociedade pelo concurso público. A preocupação com o assunto é decorrente de inúmeras situações que apontam a falha no sistema jurídico atual, em relação ao momento em que as pessoas buscam o conhecimento dos seus direitos.

Rudolf Von Ihering<sup>2</sup>, assim como Luigi Ferrajoli<sup>3</sup>, aponta que a história da humanidade registra grandes conquistas dos direitos fundamentais advindas de lutas e conflitos seculares. Desde os tempos dos profetas sociais, com os hebreus<sup>4</sup>, o homem já reivindicava, ia em busca de privilégios e representatividade. Na Grécia, por exemplo, o atributo mais essencial era o homem participar da vida política e dos rituais citadinos, não existia ainda a noção de representação popular, era cada um na busca dos seus interesses<sup>5</sup>. Em Roma houve um grande avanço por intermédio da lei *Poetélia Papíria*, ano 326 a.C., que aboliu a escravidão por dívida, trazendo por si o arcabouço do direito à liberdade<sup>6</sup>. Com o movimento cristão, além da revolução religiosa, foram consolidados importantes direitos e garantias sociais<sup>7</sup>, mesmo que, junto a isso, questões sobre santidade e a penitência tenham fortalecido o direito repressivo.

Mais uma prova do aumento de regras que regulassem a vida social aconteceu a partir das duas grandes guerras mundiais, especialmente ao término de cada uma delas, quando irrompe, na quase totalidade dos países, uma verdadeira avalanche legislativa que trata de disciplinar os múltiplos problemas sociais,

---

<sup>2</sup> IHERING, Rudolfo Von. A luta pelo Direito. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 27.

<sup>3</sup> FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 869.

<sup>4</sup> PINSKY, Jaime. História da Cidadania. Organização de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15.

<sup>5</sup> COULANGES, Fustel. A Cidade Antiga. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 213 e 214.

<sup>6</sup> FUNARI, Pedro Paulo. História da Cidadania. Organização de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63.

<sup>7</sup> COULANGES, op. cit. p. 415.

econômicos e, ainda, políticos, que se desencadearam, provocados ou alentados pelos conflitos bélicos<sup>8</sup>.

Mesmo tendo consciência que o conflito é uma porta de entrada para pensar as relações entre atores diversos, e sabendo-se que todo conflito tem seu espectro de publicidade, cujos limites são alvos de tentativas de controle e que intervêm na forma como é vivido e conduzido na evolução<sup>9</sup>, a grande questão é pensar o conflito como oportunidade de aproximação social para realização de um intercâmbio capaz de promover a comunicação<sup>10</sup>.

Para isso, os interlocutores dessa relação precisam ter conhecimento jurídico suficiente a fim de que o diálogo tenha bom senso e limites morais e éticos, baseados no que caracterizamos como Direito.

A concepção de Direito que adotamos é instrumental, porque o conjunto de regras que mantêm a ordem social não só deve impor um regime de ordenação, mas também deve oportunizar ao homem condutas que permitam torná-las realidade<sup>11</sup>.

Hoje, vemos poucas políticas públicas que incentivam o conhecimento jurídico de modo que a pessoa tenha capacidade de buscar o consenso sem a intervenção de um terceiro, seja pelo mediador, árbitro ou um juiz. De forma maciça o acesso à justiça, para a concretização de direitos, tem-se viabilizado por litígios sem fim no Judiciário<sup>12</sup>. A cultura atual, influenciada pelo fenômeno da

---

<sup>8</sup> MONREAL, Eduardo Novoa. O direito como obstáculo à transformação social. Tradução Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 40.

<sup>9</sup> MARQUES, Ana Claudia (org.) Conflitos, política e relações pessoais. Campinas, SP, 2007, p. 34 e 35.

<sup>10</sup> Idem, ibidem p. 50.

<sup>11</sup> MONREAL, ibidem, p. 68-69.

<sup>12</sup> Um exemplo disso é a EC 62/09 alterou o artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou o artigo 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tratando do regime de pagamento de precatórios. Para as entidades de classe, a emenda institucionalizou "o calote oficial", ao instituir novo sistema de pagamento de precatórios com regras restritivas e inaceitáveis, principalmente ao limitar e vincular o orçamento dos entes federativos na fixação de percentuais destinados a solver débitos oriundos de condenações judiciais transitadas

globalização, trabalha com tempos diferentes, ou seja, o tempo do direito é um tempo diferido<sup>13</sup> enquanto a sociedade vive a imediatidade. A imagem faz parte desse contexto, um novo tempo surge, o tempo do aqui e do agora, a instantaneidade regendo as nossas relações.

A globalização está diretamente ligada à transformação do tempo e do espaço. Eventos distantes quer econômicos ou não, afetam-nos mais direta e imediatamente que antes. Inversamente, decisões que tomamos são com frequência globais em suas implicações. Os hábitos alimentares que os indivíduos têm, por exemplo, possui conseqüências para os produtores de alimentos, que podem viver do outro lado do mundo<sup>14</sup>.

Em suma, a globalização é constituída de uma complexa variedade de processos movidos por uma mescla de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia a dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas e forças transnacionais. Ela é mais que o mero pano de fundo para políticas contemporâneas: tomada como um todo, a globalização está transformando (profundamente) as instituições das sociedades em que vivemos<sup>15</sup>.

Um exemplo disso ocorre quando (para usar a expressão de Ulrich Beck) as instituições que existem “para solucionar problemas” são transformadas em instituições “para causar problemas”; você é responsável por você mesmo, mas “depende de condições que incluem sua compreensão por completo” (e na

---

em julgado. Matéria publicada no site  
[http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/ACAO+CONTRA+PEC+DOS+PRECATORIOS+IRA+DIRETO+AO+PLENARIO+DO+SUPREMO\\_67316.shtml](http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/ACAO+CONTRA+PEC+DOS+PRECATORIOS+IRA+DIRETO+AO+PLENARIO+DO+SUPREMO_67316.shtml)

<sup>13</sup> Palestra “A espetacularização da prisão e o processo penal – constitucional”, proferida no Espaço Estado de Direito, em 2008, na Livraria Saraiva, pelo juiz criminal, Mauro Borba, disponível no site <http://www.youtube.com/watch?v=2hTLI5RTBKs>.

<sup>14</sup> GIDDENS, Anthony. A Terceira Via: Reflexões Sobre O Impasse Político Atual E O Futuro Da Social-Democracia. – Trad. Maria Luiza X. de A. Borges 5ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 41.

<sup>15</sup> GIDDENS, Ibidem p. 43.

maioria dos casos também seu conhecimento): sob tais condições, “a maneira como se vive se transforma na solução biográfica para contradições sistêmicas”. Afastar a culpa das instituições e dirigi-la para a inadequação do indivíduo ajuda a difundir a raiva potencialmente rompedora, ou a redistribuir seu papel nas paixões de autocensura e autodepreciação, ou até mesmo a recanalizá-la para a violência ou tortura dirigida contra o nosso próprio corpo. Respirando o mandamento “não há mais salvação pela sociedade” e transformando-o em um preceito de sabedoria de senso<sup>16</sup>.

O conhecimento que está em oferta, em geral, é fraudulento e enganador, posto que oferece pouca chance de encontrar as causas genuínas dos problemas. Não que falte razão e bom senso aos homens, a questão é que as realidades com as quais temos que lidar no curso de nossas vidas estão carregadas do pecado original de falsificar o verdadeiro potencial humano e cortar a possibilidade de emancipação<sup>17</sup>.

Nesse sentido, a educação deve ser abordada na perspectiva da necessária aplicação da compreensão, pois como intérprete só compreendo quando me percebo como o ser intencionado pelo texto e assim atendo à sua determinação<sup>18</sup>.

O Direito, o saber jurídico, tem que servir ao homem, e não o homem ao Direito. É necessário tomá-lo pragmaticamente, como um instrumento que permite alcançar finalidades adequadas à vida em sociedade<sup>19</sup>. A democratização do Direito pelo concurso público, de qualquer modo, passará antes pela definição do que consiste o serviço público, a sua importância e

---

<sup>16</sup> BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 12.

<sup>17</sup> BAUMAN, *Ibidem* p. 18.

<sup>18</sup> BECK, Nestor Luiz João. Educar para a vida em sociedade: estudos em ciência da educação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 21.

<sup>19</sup> MONREAL, *ibidem* p. 72.

como o sistema de ingresso no serviço público é importante não somente para avaliação do grau do conhecimento das tarefas que serão atribuídas ao servidor, senão também para a sua formação como cidadão no Estado Democrático de Direito.

## **Serviço Público e Direitos Fundamentais**

Terminologicamente, a expressão “serviço público”, muitas vezes, é utilizada em sentido muito amplo para abarcar quaisquer atividades realizadas pela Administração pública. Já quando empregada cotidianamente num sentido mais restrito subentende referir-se a atividades dos três Poderes, diretamente, ou, também, de forma mais abrangente e indireta, em todas as outras atividades em que a Administração Pública vê-se envolvida, como, por exemplo, nos consórcios públicos, concessões, permissões, autorizações, dentre outros. Convém que se diga que não há uma definição específica e definitiva do que seja “serviço público”, mas algo que se convencionou denominar de tal forma, porquanto tais atividades se encontram em consonância com os princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência), e por ela regidos; em essência, serviço público significa prestações, ou seja, atividades que proporcionam benefícios e bens aos administrados.<sup>20</sup>

Grande parte dos conceitos existentes na doutrina a respeito dos serviços públicos é uníssona no sentido de deixar patente que se trata de serviços que têm por fim o bem-estar da coletividade.<sup>21</sup>

Neste sentido, Aragão, citando Lima, refere que

---

<sup>20</sup> MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 371 et seq.

<sup>21</sup> ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito dos Serviços Públicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 129-132.

“Em que pese na Constituição Federal de 1988 o termo “serviços públicos” não possuir capítulo especial, encontra-se disperso em todo o texto da Carta Política, na medida em que busca conciliar os diversos interesses públicos e privados, além de ideologias desenvolvidas em sua elaboração e posterior aplicação. Não haveria como os serviços públicos escaparem a essa lógica, principalmente porque tais atividades marcam a divisão entre as esferas pública e privada. A definição do que seja, ou não, serviço público pode, entre nós, em caráter determinante, formular-se somente na Constituição Federal e, quando não explícita, há de ter-se suposta no texto daquela. A lei ordinária que definir o que seja, ou não, serviço público terá de ser contrastada com a definição expressa ou suposta na Constituição<sup>22</sup>”.

Assinala Aragão que uma concepção ampla<sup>23</sup> de serviço público corresponderia que os mesmos são atividades prestacionais do Estado, ou seja, as funções que o Estado exerce para disponibilizar diretamente aos indivíduos benefícios – entenda-se comodidades e utilidades em geral –, independentemente de serem exigidas contra-prestações (cobranças).<sup>24</sup> Ainda, tais funções que, classicamente, são reservadas ao Estado, segundo o autor, não têm necessariamente sua titularidade exclusiva, como, por exemplo, o caso das concessões, dentre outros.<sup>25</sup> Mais adiante, o mesmo autor observa que, por conta dos serviços públicos conjugarem atividades sociais e econômicas, portanto, mais operacionais, e mais inferíveis na Constituição, adota a seguinte conceituação:

[...] serviços públicos são as atividades de prestação de utilidades econômicas a indivíduos determinados, colocadas pela Constituição ou pela Lei a cargo do

---

<sup>22</sup> LIMA apud ARAGÃO, op. cit., p. 131.

<sup>23</sup> O autor define serviços públicos nas concepções restrita e restritíssima, nas fls. 156-157. Contudo, neste trabalho, abordar-se-á a concepção ampla, com elementos das outras duas formas.

<sup>24</sup> ARAGÃO, op. cit., p. 148.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 157.

Estado, com ou sem reserva de titularidade, e por ele desempenhadas diretamente ou por seus delegatários, gratuita ou remuneradamente, com vistas ao bem-estar da coletividade.<sup>26</sup>

Nesta senda, no macrocosmos do serviço público, o referido autor aponta que o serviço público, na visão abordada, objetiva, precipuamente, atender ao interesse público primário (social e econômico), em detrimento dos interesses secundários, que dizem respeito às questões fiscais e estratégicas. O que se percebe, em que pese a inexistência de uma definição teórica definitiva do que seja serviço público, é que a lógica das conceituações existentes sobre o conceito de serviço público carrega na sua essência o atendimento aos direitos fundamentais.

Nesse diapasão, segundo lição de Gomes Canotilho, direitos fundamentais são os direitos naturais positivados, incorporados no ordenamento jurídico.<sup>27</sup> Utilizando-se das palavras de Cruz Villalon, na falta de positivação jurídica desses direitos, não há direitos fundamentais, apenas direitos humanos.<sup>28</sup> Nesse mesmo sentido, a afirmação de Alexy quando diz que a Declaração Universal dos Direitos do Homem determina que todo homem tem direito “a uma ordem social e internacional na qual os direitos e liberdades mencionados na presente declaração podem ser realizados”.<sup>29</sup> Tratando-se de uma mera declaração, mostra-se necessária sua transformação em direito positivo para que o cumprimento dos direitos do ser humano possa estar garantido.

Para Gomes Canotilho,

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>27</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 1998. p. 347.

<sup>28</sup> CRUZ VILLALON *apud* J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, p. 347. “Daí a conclusão do autor em referência: os direitos fundamentais são-no, enquanto tais, na medida em que encontram reconhecimento nas constituições e deste reconhecimento se derivem consequências jurídicas.”

<sup>29</sup> ALEXY, Robert. *Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático*. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 217, p. 57, jul/set 1999.

“As expressões “direitos do homem” e “direitos fundamentais” são frequentemente utilizadas como sinónimas. Segundo a sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: **direitos do homem** são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); **direitos fundamentais** são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente”<sup>30</sup>.

No mesmo caminho, Silva refere que:

“No qualificativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados”<sup>31</sup>.

Reis, ao discorrer sobre os termos ‘direitos fundamentais’ e ‘direitos humanos’ assevera que:

“Muito embora haja alguma confusão entre os termos, os quais são, muitas vezes, tidos como sinónimos, a doutrina os distingue delimitando a expressão “direitos fundamentais” como espécie do gênero “direitos humanos”. A expressão “direitos fundamentais” é utilizada como definição daqueles direitos humanos previstos nas constituições nacionais, enquanto “direitos humanos” define os direitos do homem previstos em tratados internacionais, ainda que não estejam positivados na constituição de determinados países, mas que possuam caráter supranacional, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos do

---

<sup>30</sup> CANOTILHO, op. cit., p. 359.

<sup>31</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1997. p. 178.

Homem de 1948, da Declaração Européia de Direitos do Homem de 1951 e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, entre outros acordos de validade internacional.<sup>32</sup>

Para ampliar tais conceitos, convém trazer os ensinamentos de Mendes ao apontar que a Constituição é o local adequado para positivizar normas asseguradoras da dignidade da pessoa humana.<sup>33</sup>

Os direitos fundamentais, desde seu reconhecimento nos textos constitucionais, são agrupados em dimensões, em decorrência dos períodos de desenvolvimento e momento em que foram positivados, após as reivindicações sociais acolhidas pelo ordenamento jurídico. Conforme lição de Sarlet e Fernández-Largo, o mais adequado é a utilização do termo “dimensões” ao invés de “gerações”, uma vez que os novos direitos acumulam-se aos já reconhecidos em momento anterior, distinguindo-se apenas pela razão de demonstrar-se o momento histórico em que surgiram na consciência dos povos e foram recepcionados em leis.<sup>34/35</sup>

Neste trabalho, serão abordados os direitos distribuídos em quatro dimensões, embora haja entendimento de alguns autores de que existem direitos pertencentes a uma quinta dimensão.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> REIS, J. R. *A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais nas relações interprivadas: breves considerações*. LEAL, R. G.; REIS, J. R. (Org.) *Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 1498.

<sup>33</sup> MENDES, Gilmar Ferreira et al. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 221.

<sup>34</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 53. “[...] o reconhecimento progressivo de novos direitos fundamentais tem o caráter de um processo cumulativo, de complementariedade, e não de alternância [...]”

<sup>35</sup> FERNÁNDEZ-LARGO, Antonio Osuna. *Los Derechos Humanos: ámbitos y desarrollo*. Madrid: Editorial San Esteban, 2002. p. 271. “Si hablamos de generaciones, corremos el peligro de entender que el nuevo grupo de derechos reemplaza a los anteriores. Pero no es así, pues las generaciones de derechos son acumulativas y designan solo el diverso momento histórico en que han aflorado a la conciencia y a las leyes.”

<sup>36</sup> OLIVEIRA JR, José Alcebiades. *Teoria Jurídica e Novos Direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 154-155. “E, por fim, uma quinta, abrangendo a realidade virtual, procurando tratar das lacunas e antinomias jurídicas de uma realidade sem fronteiras, tal a realidade das redes de computadores.”

Os denominados direitos de primeira dimensão, conforme ensinamentos de Gorczewski, surgiram ao longo dos séculos XVIII e XIX, baseando-se no princípio da liberdade, parte integrante do lema da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade.<sup>37</sup> Desse modo, tratam-se, fundamentalmente, dos direitos à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Fernández-Largo contribui com o tema ao referir que a primeira dimensão “designaria los derechos y libertades ciudadanas y políticas promovidas por la burguesía liberal”.<sup>38</sup>

De acordo com Bonavides, tais direitos demarcam um espaço de não-intervenção do Estado, uma área onde os cidadãos possuem autonomia perante o poder estatal.<sup>39</sup> Classificam-se, portanto, como direitos negativos, pois denotam uma abstenção do Poder Público, ao contrário de uma conduta positiva.

Por sua vez, os direitos de segunda dimensão, que dominaram o século XX, ligam-se ao princípio da igualdade – segundo elemento preconizado na Revolução Francesa, atribuindo, por sua vez, uma conduta ativa, ou seja, obrigam a uma prestação positiva por parte do Estado. Mendes sublinha que se intentam estabelecer uma liberdade real e igual para todos, mediante ação corretiva dos Poderes Públicos.<sup>40</sup> Dizem respeito, conforme Gorczewski,

“[...] ao trabalho em condições justas e favoráveis; a proteção contra o desemprego, assistência contra invalidez, o direito de sindicalização, direito à

---

<sup>37</sup> GORCZEWSKI, Clóvis. *Direitos Humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje*, Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005. p. 74.

<sup>38</sup> FERNÁNDEZ-LARGO, op. cit., p. 270-271.

<sup>39</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 517.

<sup>40</sup> MENDES, op. cit., p. 223.

educação e cultura, à saúde, à seguridade social, a ter um nível adequado de vida [...].”<sup>41</sup>

Muito embora os direitos de segunda dimensão sejam chamados de direitos sociais, culturais e econômicos, conforme entende Fernández-Largo, bem como direitos coletivos, reportam-se ao homem (ao ser humano) em sua individualidade, igualmente ao que ocorre com os direitos de primeira dimensão.<sup>42</sup>

Neste caso, diversamente do que se vislumbra quanto aos direitos de primeira dimensão, não se fala em não-intervenção estatal, porquanto os direitos de segunda dimensão reclamam a interferência do Estado a fim de propiciar ao ser humano as necessárias condições ao alcance e fruição do bem-estar social.

Já os direitos de terceira dimensão relacionam-se com o princípio da solidariedade e fraternidade, terceiro ideal extraído da Revolução Francesa. Neste sentido, Peter Häberle sublinha que:

“Ciertamente, la fraternidad, el frecuentemente olvidado tercer ideal de la Revolución francesa que con razón reclama H. Krüger, los deberes fundamentales, la vinculación social, etc., pueden ser retrospectivamente extraídos in nuance ya del texto de 1789 [...]”<sup>43</sup>.

Segundo Bolzan de Morais, tais direitos transcendem os direitos individuais, de um grupo ou determinado Estado, pois atingem e dão proteção aos direitos de

---

<sup>41</sup> GORCZEVSKI, op. cit., p. 75.

<sup>42</sup> FERNÁNDEZ-LARGO, op. cit., p. 271. Refere o autor que *“Uma ‘segunda generación’ sería la de los derechos sociales, económicos y culturales, que fueron reivindicados en las luchas sociales del siglo pasado y que se plasmaron en las declaraciones de derechos del presente siglo.”*

<sup>43</sup> HÄBERLE, Peter. *Libertad, igualdad, fraternidad. 1789 como historia, actualidad y futuro del Estado constitucional*. Traducción de Ignacio Gutiérrez Gutiérrez. Madrid: Minima Trotta, 1998. p. 52.

titulares indefinidos ou indetermináveis numa sociedade.<sup>44</sup> Denominam-se, desse modo, segundo a lição de José Alcebíades de Oliveira Junior - que se vale dos ensinamentos de Bobbio -, como direitos transindividuais, referentes “aos direitos coletivos e difusos (do consumidor e do meio ambiente)”<sup>45</sup>.

Nesta senda, como se trata de direitos de titularidade coletiva e/ou difusa esses direitos fundamentais de terceira dimensão destinam-se à proteção de grupos humanos, tendo sua origem, muito especialmente, em razão do avanço tecnológico da humanidade, o seu permanente estado de beligerância, a industrialização em massa, uso irracional dos recursos naturais, entre outros fatores que geram conseqüências, as quais exigem a preocupação e conseqüente proteção da humanidade por meio desses direitos. Todavia, a terapêutica para a sua proteção não é exclusiva desse ou daquele Estado mas da humanidade como um todo.<sup>46</sup>

Importante contribuição vem, igualmente, dos ensinamentos de Fernández-Largo, o qual menciona que

*“Al surgir la propuesta de unos derechos distintos de los anteriores, que no encajan ni se ajustan a los anteriores modelos, ha tenido éxito la denominación de “tercera generación” de derechos. Son derechos atípicos respecto de los anteriores, como son el derecho a la paz, a la calidad de vida o al ecosistema. Su índole universal e igual incidência de toda la población mundial, los distingue claramente de los derechos sociales de una clase social o de un*

---

<sup>44</sup> MORAIS, José Luís Bolzan. *Do Direito Social aos Interesses Transindividuais: o Estado e o Direito na ordem contemporânea*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. p. 166.

<sup>45</sup> OLIVEIRA JR, op. cit., p. 154-155.

<sup>46</sup> REIS, J. R.; \_\_\_\_\_, S. S. *Meio Ambiente: a efetivação do direito fundamental de terceira dimensão*. In: BRAVO, Álvaro Sanchez. *Políticas Públicas Ambientales*. Sevilla: Espanha: Editora Arcibel Edidores, 2008. p. 111-128.

*status de las personas (derechos de los niños, de los emigrantes, de los ancianos...).*”<sup>47</sup>

No magistério de Oliveira Junior, a quarta dimensão de direitos refere-se às questões “ético-jurídicas relativas ao início, desenvolvimento, conservação e fim da vida”, ou seja, voltada à manipulação genética com seres humanos, matérias relacionadas sobre a vida e a morte.<sup>48</sup>

Portanto, estas são as dimensões dos direitos fundamentais (logo, também do Direito) que a doutrina autorizada, de uma forma geral, destaca.

Da construção textual até aqui elaborada pode-se deduzir, com segurança, um sincronismo bastante claro entre os serviços públicos e os direitos fundamentais.

Segundo Reis e Durigon, a Constituição é o centro gravitacional material do ordenamento jurídico, onde estão inseridos e positivamente plasmados os princípios constitucionais. Ainda, os autores afirmam que

“Os princípios, por serem fonte de fundamentação e oxigenação do sistema jurídico, especialmente, através de sua carga valorativa constitucional, tornam-se os meios efetivadores das garantias constitucionais, maleabilizando as normas (regras e os próprios princípios) à realidade social e às demandas cotidianas”<sup>49</sup>.

Conforme Cittadino, a jurisdição constitucional, sob qualquer ângulo, nas sociedades contemporâneas, tem atuado intensamente como mecanismo de

---

<sup>47</sup> FERNÁNDEZ-LARGO, op. cit., p. 271.

<sup>48</sup> OLIVEIRA JUNIOR, op. cit., p. 155-155.

<sup>49</sup> REIS, J. R.; DURIGON, D. *Autonomia Privada e Direitos Fundamentais: uma proposta de conciliação*. LEAL, R. G.; REIS, J. R. (Org.) *Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 2580.

defesa da Constituição e de concretização das regras asseguradoras de direitos fundamentais, ou seja, reconhece a existência de um “ativismo judicial” como um processo de “judicialização da política”.<sup>50</sup> Seguindo na mesma lição, a autora observa que a Constituição Federal converteu os direitos da Declaração da ONU em direitos legais no Brasil, e instituiu uma série de mecanismos processuais que buscam dar a eles eficácia. É, certamente, a principal referência da incorporação dessa linguagem (matriz teórica habermasiana) dos direitos. Ao definir os fundamentos do Estado brasileiro, a Constituição destaca a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político, como também fixa, em seu artigo 3º, seus objetivos fundamentais, quais sejam:

“Construir uma sociedade livre, justa, solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Parece não haver dúvida de que o sistema de direitos fundamentais se converteu no núcleo básico do ordenamento constitucional brasileiro. Do exposto, infere-se que todos esses valores fundamentais, disseminados nas dimensões alhures apontadas, são pragmatizados e efetivados por meio dos serviços públicos.<sup>51</sup>

O enlace entre serviços públicos como direitos fundamentais e a teoria sistêmica de Luhmann consiste justamente na existência de subsistemas que estão interligados, juridicamente, entre a Constituição e o Estado enquanto prestador de serviços públicos. Por outro lado, a matriz teórica habermasiana se

---

<sup>50</sup> CITADINO, Gisele. *Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes*. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 18.

<sup>51</sup> Neste sentido, encontram-se as seguintes decisões jurisprudenciais: Recurso Especial nº 721119/RS (2005/0012159-0), 1ª Turma do STJ, Rel. Luiz Fux. j. 11.04.2006, maioria, DJ 15.05.2006; Agravo de Instrumento nº 200401000256695/DF, 5ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Des. Fed. Selene Maria de Almeida. j. 18.04.2005, unânime, DJU 28.04.2005; e Agravo Regimental nº 0130793-1/01, 1º Grupo de Câmaras Cíveis do TJPE, Rel. Etério Galvão. j. 25.01.2006, DOE 18.03.2006.

perfectibiliza justamente pela interface do agir comunicativo entre os atores sociais politicamente organizados, hermeneutas constitucionais. Ou seja, os serviços públicos são instrumentos pelos quais se perfectibilizam os direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito.

### **Democratização do Direito**

É necessário resgatar o espírito participativo, questionador, retratado em alguns movimentos sociais. O Estado precisa da nossa participação, que deve se guiar por princípios mais simples e elementares. Alguns têm a oportunidade de aprender com a família, outros aprendem pela repressão. Ao longo da história fomos seduzidos pelas divergências. Por que hoje não podemos construir um direito dirigido ao que desejamos para uma convivência pacífica e empreendedora? De qualquer modo, como as pessoas serão protagonistas da sua história sem um conhecimento prévio da educação jurídica para a cidadania? Para desenvolver uma articulação para a gestão compartilhada entre o Estado e o Cidadão são necessários mecanismos de base para o protagonismo do cidadão. A gestão compartilhada<sup>52</sup> mostra a importância de traçar o perfil de novos atores sociais, apresentados pelo autor Rogério Gesta Leal, como co-responsáveis pela gestão do espaço público. A noção de pertencimento no espaço comum será concebida quando todos sentirem-se parte integrante do meio social em que vivem e não meramente indivíduos, pois vivemos num imenso condomínio<sup>53</sup>.

Frisa-se a palavra prevenção porque é a chave para se pensar num espaço comum. Não é possível admitir que as regras passem a existir somente quando

---

<sup>52</sup> LEAL, Rogério Gesta Leal. Estado, Administração Pública e Sociedade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 165.

<sup>53</sup> Mais informações, consultar a obra de Paulo Magalhães. O Condomínio da Terra - Das Alterações Climáticas a uma Nova Concepção Jurídica do Planeta. Portugal: Almedina, 2007.

ocorre uma fatalidade, alguém morre, duas torres caem, um vírus se espalha numa região. A teoria da ação comunicativa de Habermas<sup>54</sup> pode ajudar a melhorar o nosso diálogo. Somos seres incompletos, buscamos no outro um vínculo simbiótico que nos faça unir na alegria e na tristeza.

O papel do cidadão é muito importante para a produção do próprio Direito – e, se um dia fosse possível, a desmitificação do Direito como ciência distante do cotidiano. Diga-se mais, do direito harmonizador, que emancipa, abre possibilidades de nos fazer partícipes<sup>55</sup> de uma gestão compartilhada – uma verdadeira democracia deliberativa. O direito deve ser o espelho da alma social e não algo que nos restrinja o desenvolvimento.

O poder da sociedade para a transformação do Direito pode fazer com que ele venha para seu cotidiano, praticado como forma de harmonizar as relações, na busca da solidariedade e da sustentabilidade.

Escreve-se muito sobre “a luta pelos direitos humanos”,<sup>56</sup> mas parece que estamos sempre em confronto – tentando ganhar alguma coisa de alguém. Da confrontação de tendências e classes opostas, em defesa de seus interesses e respectivas posições, nascem numerosas instituições jurídicas, cuja finalidade é o reconhecimento de vantagens para os que triunfaram<sup>57</sup>, quando na verdade nosso maior desafio consiste em saber compartilhar.

---

<sup>54</sup> HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

<sup>55</sup> BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa (Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade). 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 36.

<sup>56</sup> Clóvis Rossi, repórter especial e membro do Conselho Editorial da **Folha**, ganhador dos prêmios Maria Moors Cabot (EUA) e da Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano. Na coluna que escreve de quintas e domingos na página 2 da **Folha** ressalta no texto “Quando o silêncio é cumplicidade”, publicado em 24/02/2002, “não há direitos humanos de direita e de esquerda. Zapata, se tivesse sido brasileiro dos anos 70, talvez aderisse à luta pelos direitos humanos e, hoje, estaria sendo homenageado por membros do governo Lula. Morre em Cuba, e o governo Lula faz silêncio...” confirmando a linguagem utilizada pelos comunicadores, propagadores de informação, formadores de opinião.

<sup>57</sup> MONREAL, ibidem p. 74.

Não se descarta a importância do Direito punitivo e repressivo, mas temos que admitir que quando Foucault<sup>58</sup> falava da condição humana e do retorno do delinqüente à sociedade ele trabalhava com um sistema prisional que poderia ser certo. Dizem agora que paz armada<sup>59</sup> é a solução dos conflitos? Nunca se viu violência obter êxito duradouro com mais repressão.

No Brasil podemos afirmar que o nosso sistema carcerário está falido. O Judiciário recebe cada vez mais ações porque de um lado está mais acessível e, de outro, também porque as pessoas, de um modo geral, não se entendem. Precisam de um juiz para dizer quem está com a razão. A nossa missão como cidadãos, indivíduos com conhecimentos jurídicos capazes de possibilitar a participação pública é, principalmente, empreender com tal conhecimento, se articular.

Uma das formas de se empreender com o uso do direito consiste na participação em concursos públicos, que não só têm servido ao cidadão como uma alternativa profissional bem sucedida, em face à estabilidade no emprego, como também, indiretamente, têm influenciado na democratização do direito assim como na necessária construção de políticas públicas capazes de fortalecer uma cultura emancipadora do Direito.

## **Políticas Públicas de Educação Jurídica pelo Concurso Público**

---

<sup>58</sup> FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>59</sup> Na composição "A minha alma", do músico Marcelo Yuka, a paz só existe quando se tem voz. Leia-se "pois paz sem voz, não é paz é medo", site <http://letras.terra.com.br/o-rappa/28945/>, acessado em 05 de março de 2010. Nesse sentido, ratifica que não podemos admitir uma paz armada. É preciso a promoção de políticas emancipadoras e não intimidadoras.

É no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal que encontramos a previsão legal para a investidura em cargo público ou emprego público mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos<sup>60</sup>.

A competência para autorizar a realização de concursos públicos nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e decidir sobre o provimento de cargos e empregos públicos, bem como, expedir os atos complementares necessários para este fim é do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão<sup>61</sup>.

Não se aplicando para efeito de ingresso nas carreiras de: Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador Federal, cujos atos são praticados pelo Advogado-Geral da União; na carreira de Defensor Público da União, cujos atos são praticados pelo Defensor Público-Geral; e na carreira de Diplomata, cujos atos serão praticados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O artigo 13 do Decreto nº. 6.944, de agosto de 2009, prevê que o concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser a lei ou o regulamento do respectivo plano de carreira, e, no § 5º, observa que nas provas de conhecimentos práticos específicos haverá indicação dos instrumentos, aparelhos ou das técnicas a serem utilizadas, assim como, a metodologia de aferição para avaliação dos candidatos.

É o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG que, dentre outras funções, é o responsável em constituir uma rede

---

<sup>60</sup> BONAVIDES, Paulo. Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 731.

<sup>61</sup> Previsão legal disponível no capítulo II, sessão I, do Decreto nº 6.944, de agosto de 2009.

colaborativa voltada à melhoria da gestão pública<sup>62</sup>. Trata-se de um órgão de extrema relevância, pois ele pode sugerir técnicas para atingirem o objetivo da busca de melhores profissionais para as carreiras públicas, e também, fazer com que o conhecimento exigido seja capaz de servir não somente ao desempenho de suas funções, mas, mais que isso, para a vida como cidadão.

No estudo da legislação que regula os concursos públicos verifica-se a falta de uma lei específica de possa delimitar o assunto e dispor não apenas sobre as questões formais referentes ao edital, organização, critérios de classificação, mas também, que o concurso público fosse focado como oportunidade de questionar a própria gestão, o conhecimento exigido ora aplicado no cotidiano do concursado e a difusão do conhecimento de matérias jurídicas relacionadas ao desempenho das funções, também, como cidadão.

Nesse sentido, destaca-se outro importante órgão de mobilização social que tem atuação relevante na construção da política pública para formação jurídica pelos concursos públicos é a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos que reúne concursandos, professores, empresários, e qualquer pessoa interessada em ajudar para que os concursos públicos se tornem cada vez mais eficientes, éticos e transparentes.

De acordo com o Estatuto, a Associação tem como objetivos:

- coordenar e divulgar projetos de interesse dos concursos públicos e privados em todo o território nacional, podendo firmar convênios e promover publicações;
- defender maior moralidade, transparência e ampla acessibilidade nos concursos públicos e privados;

---

<sup>62</sup> Previsão legal disponível no artigo 20, capítulo III, sessão II, do Decreto nº 6.944, de agosto de 2009.

- propor regulamentação legal específica para os concursos públicos e fomentar a prática de concursos na iniciativa privada;
- promover a divulgação dos concursos públicos em todo o território nacional;
- propugnar pela participação da entidade na elaboração dos editais dos concursos;
- zelar pela adequação dos processos seletivos aos princípios constitucionais e éticos;
- prestar consultoria às bancas examinadoras, fornecendo selo de garantia ao processo seletivo;
- prestar assistência jurídica em ações coletivas e individuais, visando à legalidade e o interesse dos concursandos nas flagrantes desigualdades de tratamento, de critérios e de pré-requisitos restritivos;
- proporcionar ou facilitar o acesso às informações sobre concursos públicos;
- constituir-se em foro de discussão de assuntos relativos às questões de concursos públicos e privados;
- propor a formação de banco de dados em relação a salas, fornecedores e outros serviços afins aos associados;
- estabelecer convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para a consecução de seus objetivos<sup>63</sup>.

É de grande importância que os concursos públicos sejam enfocados como oportunidade de transmitir educação jurídica para a vida. Deve haver uma conexão entre o Ministério da Justiça, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituições interessadas na área, como a própria Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu papel importante desempenhado na garantia dos Direitos, bem como Ministério Público, como, a mencionada Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos.

---

<sup>63</sup> O Estatuto da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos está disponível pela internet no site <http://www.anpac.org.br>, no menu, opção Estatuto.

De acordo com o Professor William Douglas<sup>64</sup>, autor da obra “Como passar em provas e concursos”, publicada pela Editora Impetus, hoje cerca de 10 milhões de pessoas estão fazendo concursos públicos no Brasil e destaca que o aprendizado do direito tem efeito viral para o cotidiano do cidadão e dos familiares que convivem com o concursando.

## **Conclusão**

O ideal seria que todas as Instituições Públicas e Privadas enxergassem o concurso público não somente como uma necessidade para selecionar bons profissionais e ganhos pelo ramo editorial, cursos preparatórios, organizadores de concursos, mas acima de tudo, que formassem pessoas mais capazes de participar da vida pública.

O conhecimento jurídico poderá ser exigido em provas, de acordo com o grau de instrução de cada um, mas as regras básicas que o Direito estabelece têm condições de ser aplicadas, visto que cotidianamente produzimos o Direito. A grande questão consiste em saber se por essa via poderemos construir caminhos para o ensino jurídico reger as nossas relações e, ao mesmo tempo, ser uma abertura ao processo comunicativo para que o Direito sirva como instrumento de realização social e não de apaziguamento de conflitos.

Essa política pública possibilita pensar o Direito de forma preventiva, isto é, construir uma democracia mais participativa – onde desenvolvemos as capacidades e potencialidades de cada região, pois viver em sociedade é saber conviver com o próximo<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Entrevista realizada em janeiro de 2010 na sede da Editora Impetus, vídeo disponível no site [http://www.youtube.com/watch?v=z4nq2k\\_LyMA](http://www.youtube.com/watch?v=z4nq2k_LyMA), site acessado dia 23 de fevereiro de 2010.

<sup>65</sup> RÃO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 6ª edição, 2004, p. 51.

O processo de educação dará condições de termos mais pessoas engajadas e ver o princípio da precaução ser estabelecido. O direito tem que nos trazer a felicidade, a aproximação e a melhor compreensão das diferenças porque afinal – como diria o professor Paulo Magalhães - vivemos sobre o mesmo condomínio.

A política pública de difusão do conhecimento jurídico pelo concurso público aumenta os espaços de reflexão e convivência, pois fortalecem e consolidam uma cultura jurídica emancipadora, protagonista, pois gera a noção de pertencimento e melhora a autoestima da sociedade<sup>66</sup>.

Uma real democracia de base potencializa o capital social e humano existentes através do comprometimento com o outro, uma unidade com o outro, um amor fraterno, um espírito de comunidade, ou seja, uma identidade superior que se desenvolve a partir das potências de cada pessoa que entra em interação com o outro e o meio em seu entorno<sup>67</sup>.

A liberdade política dos cidadãos e a participação ativa na vida do Estado são elementos fundamentais para efetivação da Constituição aberta. Habermas nos apresenta um modelo de democracia constitucional que não se fundamenta nem em valores compartilhados, nem em conteúdos substantivos, mas em procedimentos que asseguram a formação democrática da opinião<sup>68</sup>.

É necessário questionar os conhecimentos estabelecidos e propor novas alternativas para a sociedade reinventar a sua história, explorando capacidades e

---

<sup>66</sup> FRIEDMAN, Milton, FRIEDMAN, Rose. Liberdade de escolher. - Trad. Ruy Junjmann. 2 ed.– Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 39.

<sup>67</sup> FEIJÓ, Jandira. FRANCO, de Augusto. (Orgs.) Olhares sobre a experiência da Governança Solidária Local de Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 17.

<sup>68</sup> LEAL, Mônia Clarissa Hennig. Jurisdição Constitucional Aberta: Reflexos sobre a Legitimidade e os Limites da Jurisdição Constitucional na Ordem Democrática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 135

buscando, por meio das diferenças, reconhecer limitações, para alcançarmos o desenvolvimento sustentável, unindo esforços e construindo comunidades transformadoras, produtoras do próprio direito.

Podemos dar grandes passos na construção de políticas públicas que oportunizem a educação jurídica pelo concurso público, como oportunidade de promoção da cidadania, sendo exemplo para o mundo.

## **Bibliografia**

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Nestor Luiz João. Educar para a vida em sociedade: estudos em ciência da educação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BONAVIDES, Paulo. Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria Constitucional da Democracia Participativa (Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade). 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

COULANGES, Fustel. A Cidade Antiga. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007.

FEIJÓ, Jandira. FRANCO, de Augusto. (Orgs.) Olhares sobre a experiência da Governança Solidária Local de Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. 13ªed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRIEDMAN, Milton, FRIEDMAN, Rose. Liberdade de escolher. - Trad. Ruy Junjmann. 2 ed.– Rio de Janeiro: Record, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo. História da Cidadania. Organização de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.

GIDDENS, Anthony. A Terceira Via: Reflexões Sobre O Impasse Político Atual E O Futuro Da Social-Democracia. – Trad. Maria Luiza X. de A. Borges 5ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

IHERING, Rudolfo Von. A luta pelo Direito. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig. Jurisdição Constitucional Aberta: Reflexos sobre a Legitimidade e os Limites da Jurisdição Constitucional na Ordem Democrática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

LEAL, Rogério Gesta Leal. Estado, Administração Pública e Sociedade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MAGALHÃES, Paulo. O Condomínio da Terra - Das Alterações Climáticas a uma Nova Concepção Jurídica do Planeta. Portugal: Almedina, 2007.

MARQUES, Ana Claudia (org.) Conflitos, política e relações pessoais. Campinas, SP, 2007.

MONREAL, Eduardo Novoa. O direito como obstáculo à transformação social. Tradução Géron Pereira dos Santos. Porto Alegre: Fabris, 1988.

PINSKY, Jaime. História da Cidadania. Organização de Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.

RÁO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 6ª edição, 2004.

Decreto nº 6.944, de agosto de 2009.

Sites

<http://www.youtube.com/watch?v=2hTLI5RTBKs>.

[http://www.youtube.com/watch?v=z4nq2k\\_LyMA](http://www.youtube.com/watch?v=z4nq2k_LyMA), site acessado dia 23 de fevereiro de 2010.

[http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/ACAO+CONTRA+PEC+DOS+PRECATORIOS+IRA+DIRETO+AO+PLENARIO+DO+SUPREMO\\_67316.shtml](http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/ACAO+CONTRA+PEC+DOS+PRECATORIOS+IRA+DIRETO+AO+PLENARIO+DO+SUPREMO_67316.shtml)

<http://www.folha.uol.com.br/>